

Movimento #EleNão: construindo uma educação como prática da liberdade para/pelas mulheres¹

Desirée de Oliveira Pires², Amanda Motta Castro³

Resumo

A organização e a atuação do movimento feminista têm demonstrado historicamente que as mulheres são fundamentais na construção de saberes e práticas promotoras de uma educação política e em defesa dos direitos humanos mesmo que elas ocupem lugares subalternos na sociedade. Em tempos de retrocessos democráticos, alimentados por uma política conservadora e de profundo ataque aos direitos das mulheres, sobretudo no Brasil, se faz necessária a busca de novas alternativas e estratégias de militância. Nas eleições presidenciais de 2018, diante da iminência de um político conservador ocupar a presidência do Brasil, as mulheres organizaram um movimento por meio das redes sociais chamado #EleNão, com o objetivo de discutir e conscientizar as mulheres sobre o perigo que a vitória de Jair Messias Bolsonaro representaria. A partir dos conceitos de *autonomia* e *esperança* propostos por Paulo Freire e pela educação popular, buscamos discutir como o movimento trouxe desdobramentos importantes para o movimento feminista e evidenciou as mulheres como uma das principais frentes de resistência ao conservadorismo, contribuindo para a construção de uma educação como prática da liberdade.

Palavras-chave

Movimento #EleNão. Educação. Mulheres. Movimento Feminista.

¹ Uma primeira versão desse texto foi apresentada para a 40ª Reunião Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED) em julho de 2021.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez (CNPq). E-mail: desireeopires@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil, com período sanduíche na Universidad Autonome Metropolitana, México; professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; membro da Comunidad de Pensamiento Feminista Latinoamericano: El Telar e do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez (CNPq). E-mail: motta.amanda@gmail.com.

#EleNão Movement: building education as a practice of freedom for/by women

Desirée de Oliveira Pires⁴, Amanda Motta Castro⁵

Abstract

The organization and performance of the feminist movement has historically demonstrated that women are fundamental in the construction of knowledge and practices that promote political education and in defense of human rights, even though they occupy subordinate places in society. In times of democratic setbacks, fueled by a conservative policy and a deep attack on women's rights, especially in Brazil, it is necessary to search for new alternatives and militancy strategies. In the 2018 presidential elections, faced with the imminence of a conservative politician occupying the presidency of Brazil, women organized a movement through social networks called #EleNão (*#NotHim*), with the objective of discussing and making women aware of the danger posed by the victory of Jair Messias Bolsonaro. Based on the concepts of autonomy and hope proposed by Paulo Freire and popular education, we seek to discuss how the movement brought important developments to the feminist movement and highlighted women as one of the main fronts of resistance to conservatism, contributing to the construction of an education as a practice of freedom.

Keywords

#EleNão Movement. Education. Women. Feminist Movement.

⁴ Master in Education, Federal University of Rio Grande, State of Rio Grande do Sul, Brazil; member of the Interdisciplinary Research Group Lélia Gonzalez (CNPq). E-mail: desireeopires@gmail.com.

⁵ PhD in Education, University of Vale do Rio dos Sinos, State of Rio Grande do Sul, Brazil, with a sandwich period at the Universidad Autónoma Metropolitana, Mexico; professor at the Department of Education at the Federal University of Rio Grande, State of Rio Grande do Sul, Brazil; member of the Comunidad de Pensamiento Feminista Latinoamericano: El Telar and of the Interdisciplinary Research Group Lélia Gonzalez (CNPq). E-mail: motta.amanda@gmail.com.

Introdução

Paulo Freire (2014) em *Pedagogia do Oprimido* aponta que quando os seres humanos tomam consciência de si e do seu poder de transformação, tornam sua existência histórica. bell hooks⁶ (2017), uma feminista e defensora da educação popular, nos convida a pensar junto a Freire a educação para muito além dos espaços institucionais, nos ensinando a transgredir e romper com os modelos formais de educação, nos conduzindo a uma percepção da educação como prática da liberdade.

Com base nisso, podemos afirmar que historicamente o movimento de mulheres e a atuação dele em prol da conquista de direitos e de existência para as mulheres têm contribuído para a construção de uma transformação social e de práticas educativas que nos conduzem à liberdade. De acordo com Carlos Brandão (2017), em seu livro *O que é Educação*, o autor inicia o texto apontando que ninguém escapa à educação, em que todos e todas acabam de uma forma ou de outra sendo envolvidos por ela. Dos motivos para tal, o autor explicita que isso acontece “para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação. Com uma ou com várias: educação? Educações” (BRANDÃO, 2017, não paginado).

Partindo do princípio de que não há apenas uma única maneira de educação, mas “educações”, podemos compreendê-las nas mais diversas formas, não apenas em espaços institucionalizados de ensino, mas de maneira livre. Maria da Glória Gohn (2011) complementa esse pensar e aponta os movimentos sociais enquanto espaços educativos, uma vez que promovem uma série de práticas capazes de “formar” opinião daquelas pessoas que os compõem e que criam formas distintas de organizações para que a população possa se organizar e expressar suas demandas. Assim sendo, a atuação e o envolvimento no movimento feminista oportunizam de forma coletiva a construção de saberes fundamentais para a valorização e defesa dos direitos humanos.

Este texto pretende apresentar uma parte de uma dissertação de mestrado, que tem por intuito não só esperar a mudança a partir do movimento de mulheres, como, também, demarcar as constantes políticas de retrocessos que temos vivenciado pelo governo brasileiro mais severamente a partir de 2018. A pesquisa se propõe a pensar como a atuação do

⁶ bell hooks é o pseudônimo de Glória Jean Watkins, autora, professora e teórica feminista estadunidense. Seu nome é uma homenagem à avó dela e é escrito em letras minúsculas como um posicionamento político da autora, que, com essa opção, pretende dar mais enfoque à sua escrita do que à sua pessoa.

movimento feminista nas redes sociais é uma importante ferramenta para uma educação política para/pelas mulheres, tendo por análise o Movimento #EleNão.

Assim sendo, organizamos o texto da seguinte forma: no primeiro momento, discutiremos alguns aspectos importantes sobre a representação das redes sociais na vida contemporânea e de que modo podem significar uma importante ferramenta política para o movimento de mulheres. No segundo momento, discutiremos a partir dos conceitos de autonomia (2014) e esperança (2018) de Paulo Freire, como a atuação e a organização das mulheres em torno do Movimento #EleNão oportunizaram uma educação política para/pelas mulheres.

Esperamos fomentar a discussão e a reflexão a respeito das redes sociais enquanto espaços potentes que podem contribuir para a construção mais progressista em prol da valorização dos direitos humanos. Percebemos que essa forma de organização sociopolítica auxilia na construção do que Freire (2015) chama de “pensar certo”. O pensar certo caracteriza-se por uma visão de mundo revolucionária que seja capaz de transformar as estruturas opressoras da sociedade. Assim, significa o horizonte de uma nova educação em defesa do novo, sendo capaz de formar novas pessoas através da luta contra todas as formas de opressão. O ativismo das mulheres nas redes sociais é um sopro de esperança e símbolo de resistência às políticas conservadoras vigentes no Brasil.

As dicotomias presentes no espaço das redes sociais

As redes sociais e a popularização do acesso à internet no século 21 transformaram as relações em sociedade e, conseqüentemente, as formas de atuação dos movimentos sociais. Com isso, o movimento feminista tem percebido na última década as redes sociais como uma importante ferramenta de estratégia de atuação, a fim de dialogar e informar mulheres sobre nossas diferenças, mas, sobretudo, pela condição histórica de opressão que vivemos e que nos une.

Tendo esse objetivo, os coletivos e os grupos de mulheres discutem temas complexos com base teórica, porém, de forma simples e de fácil acesso através da criação de *cards* informativos ou vídeos curtos. Essas ações oportunizam agregar outras mulheres que não eram contempladas em outros momentos do feminismo, abrangendo um movimento para além dos espaços acadêmicos.

Diante da otimização do uso das redes sociais, por que então não perceber os espaços digitais enquanto espaços possíveis para um engajamento político-social e potente na propagação do conhecimento? Ao encontro desse questionamento, o ativismo de mulheres tem se utilizado das mídias digitais e, mais especificamente, das redes sociais para sua organização e propagação de uma educação em defesa dos direitos humanos.

No entanto, entendemos que o espaço em que essa pesquisa ocorre, a internet, não é um paraíso democrático. Por mais amplo e abstrato que se apresente, é um espaço político em constante disputa. As eleições de 2018, inéditas até o momento por apresentarem campanhas que aconteceram majoritariamente nas redes sociais, foram responsáveis pela eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência do país e demonstraram o grande impacto que as redes sociais exercem na formação da opinião pública. Por este motivo, precisamos primeiramente perceber a ambiguidade desse espaço.

Quando discutimos sobre os diferentes usos das mídias móveis, precisamos compreender essas relações, entendendo que elas possuem aspectos tanto positivos quanto negativos. Até mesmo porque a internet é um espaço extremamente amplo, sendo impossível o controle total dos conteúdos que circulam nesses espaços. De acordo com Pierre Lévy (2010), as relações sociais estão cada vez mais sendo mediadas por essas tecnologias, o que torna as redes sociais um fenômeno impossível de ser ignorado.

Em se tratando de política, o compartilhamento de conteúdo por aplicativos de mensagem é capaz de interferir na opinião pública e conseqüentemente no imaginário social das pessoas. Por imaginário social, compreendemos “a internalização de imagens mentais e de conjuntos de significados a partir dos quais se condicionam os posicionamentos políticos” (DAMASCENO, 2016, p. 26).

A estratégia de Bolsonaro nas eleições de 2018 interferiu no imaginário social, conduzindo para a formação de opinião, disseminando *fake news* por aplicativos de mensagem a partir de *bots*, mais conhecidos como robôs de internet, capazes de simular ações repetidas vezes e de maneira padrão. Com mais de 7 milhões de seguidores no Facebook no final de 2017, Bolsonaro soube adentrar no imaginário social, fazendo a população acreditar que a única saída para uma reforma política seria a vitória eleitoral dele.

Acontece que ao mesmo tempo em que as redes sociais contribuem para a ascensão do conservadorismo no país, elas fortalecem os movimentos de mulheres que realizam a resistência a essa política, caracterizando esses espaços não somente pela sua ambiguidade, mas, também, pelo fortalecimento dos movimentos sociais – o que chamamos de *movimentos*

de esperança. Os movimentos que surgem em protesto às políticas do governo de Bolsonaro demonstram que as redes sociais são uma importante ferramenta de luta e que podem, inclusive, desestabilizar a cultura política dominante, como fez o Movimento #EleNão em 2018.

O sociólogo Manuel Castells, em seu livro *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*, publicado em 2013, se dedica a discutir sobre os principais movimentos sociais do século XXI, que tiveram como agente impulsionador as redes sociais. O autor entende o termo *redes* enquanto a nossa maneira de se comunicar, que constitui nossa maneira de se organizar em sociedade, compondo as formas de interação política, econômica e social. A comunicação na era digital amplia a nossa forma de comunicação e se estende para todas as esferas da vida, tanto de maneira global quanto local.

Para o autor, o Estado representa a “rede-padrão”, contribuindo para o funcionamento de outras redes de poder caracterizadas pelas mais diversas instituições sociais e, portanto, percebe-as enquanto fontes decisivas de poder. Nesse sentido, o que o autor caracteriza como “contrapoder” seria a capacidade de as pessoas desafiarem o poder imposto pelo Estado, representada pelos movimentos sociais.

Na era digital, os movimentos sociais precisam encontrar outros espaços de deliberação política, já que os espaços institucionais estão sendo ocupados pelos interesses de uma elite dominante. Por isso, a necessidade de criação de um novo espaço público. De acordo com Castells (2013), as redes sociais se situam entre o espaço digital e o espaço urbano, se configurando enquanto um espaço autônomo, oferecendo a autonomia necessária para a organização dos movimentos sociais.

Em relação aos movimentos feministas que atuam por meio das redes sociais, essa situação é bem visível, pois as mulheres não encontram espaços de deliberação política suficientes dentro dos espaços institucionalizados. Geralmente, elas são excluídas desses lugares e as redes sociais se mostram, então, como espaços profícuos para uma discussão política voltada para suas necessidades e em defesa dos direitos humanos. As mulheres, assim como outros grupos, podem vir a observar as redes como um espaço de acolhimento a outras pessoas que partilham as mesmas diferenças.

A autonomia oferecida pelos movimentos sociais, que se organizam nas redes sociais, aponta a internet como uma plataforma para a construção social da autonomia e da ação direta entre pares. Isso acontece à medida que as redes oferecem um novo padrão de organização de consulta mútua e de retroalimentação. Ou seja, as pessoas que atuam não apenas absorvem o

conteúdo que está posto nesses espaços, mas produzem esse material e, se não produzem, fomentam e disseminam a discussão a partir do compartilhamento. Essa descentralização possibilita novas formas de estratégia e organização para uma comunicação política que não depende necessariamente do sistema político ou das instituições sociais, mas das pessoas que estão participando desse processo.

Sendo a autonomia uma das mais importantes características desse movimento, Castells (2013) elenca outros aspectos que caracterizam os movimentos sociais nas redes. Entre tais aspectos, ele aponta que não existe uma liderança formal, de maneira que a organização acontece de forma horizontal e com uma estrutura descentralizada. Diferentemente das organizações de direita, esses movimentos não possuem uma liderança atrelada a um apelo personalista, em que a figura de líder é o foco principal de suas mobilizações. Esses movimentos são voltados para mudanças nos valores sociais, com um sentido educador, contribuindo para a formação de um pensamento que respeite a diversidade e os direitos humanos. Por isso, o companheirismo e a autorreflexão são também características desses movimentos, pois muitas vezes as pessoas envolvidas não se conhecem pessoalmente, mas através de interesses em comum nas redes se aproximam e se movimentam.

Além disso, uma forte característica desses movimentos é que reflete principalmente na atuação do movimento feminista nas redes é o seu carácter viral. Se um determinado conteúdo “viralizar” nas redes, ele se transforma em um rastro de pólvora se tornando muito popular e vindo, até mesmo, a se tornar um movimento que se materializa nas ruas.

No entanto, apesar de as redes sociais serem o espaço em que esses movimentos acontecem, elas não estão na raiz dessa forma de ativismo. A raiz dos movimentos sociais, como bem documentado pela historiografia e sociologia, surge dos conflitos sociais e, sobretudo, da indignação e da vontade de mudança da sociedade. Castells (2013) aponta que os movimentos sociais desencadeiam emoções que ajudam os/as participantes a superarem o medo e os desafios que possam vir a existir, sendo a “raiva” um sentimento presente.

Essa raiva descrita pelo autor como propulsora de mudanças não necessariamente se reflete em um posicionamento violento e agressivo para os grupos sociais em oposição. Até porque os movimentos sociais são caracterizados pela sua perspectiva progressista, o que significa que suas ações são construídas a partir do diálogo e de um trabalho mais educativo em torno daqueles/as com posicionamentos políticos em oposição aos seus. Percebemos,

assim, muito mais a raiva como um sentimento e uma necessidade de mudança social e que, neste caso, pode trazer benefícios e efetivas transformações.

Por isso, embora a comunicação através das redes sociais seja um aspecto fundamental na organização dos movimentos sociais, defendemos que ela não se constitui enquanto fenômeno de novidade, mas de continuidade, pois utiliza a internet, uma tecnologia de nossa época, para informar e educar as pessoas a partir das mídias sociais. Porém, os movimentos sociais historicamente sempre buscaram se apropriar das tecnologias de sua época para que suas pautas pudessem chegar ao maior número de pessoas.

O Movimento #EleNão: a *autonomia* e a *esperança* pelo movimento de mulheres

Analisando esses movimentos que têm por espaço as redes sociais para sua organização, especialmente o movimento #EleNão organizado pelas mulheres, percebemos que de maneira geral existem duas ações/sentimentos que estão no cerne dessa forma de atuação: a autonomia e a esperança. Esses são conceitos centrais e promotores de uma educação progressista, tal qual nos ensina Paulo Freire, entendendo que os sujeitos/as são produtores/as ativos/as do seu processo de ensinar e aprender à medida que estão envolvidos/as no movimento social.

A autonomia, no sentido Freiriano, consiste em respeitar os saberes provindos das experiências dos educandos/as a partir de sua relação histórico-social para e com o mundo. É criar possibilidades de que essas pessoas que estão envolvidas no processo de aprendizagem descubram possibilidades a partir de suas próprias realidades, a fim de criar um conhecimento significativo. Como bem nos aponta Freire (2015), uma das tarefas mais importantes de uma pedagogia progressista é propiciar uma experiência profunda para que educandos/as possam assumir-se

Como ser social e histórico/a, como ser pensante, comunicante, transformador/a, criador/a, realizador/a de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito/a porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos/as não significa a exclusão dos/as outros/as. É a “outredade” do “não eu”, ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade do meu *eu*. (FREIRE, 2015, p. 42, *grifos nossos*).

Em vista disso, compreendemos que a atuação das mulheres dentro do movimento feminista oportuniza uma gama de saberes. Esses saberes provêm tanto das suas experiências

personais quanto da sua atuação dentro do movimento, pois seus conhecimentos anteriores são potencializados e se convertem tanto em transformações para si quanto para o coletivo.

Para Gohn (2011), há uma série de aprendizagens que são produzidas no interior dos movimentos sociais, como por exemplo de ordem prática, teórica, cultural, reflexiva, social, entre outros. Esses saberes só são possíveis de serem adquiridos e desenvolvidos pois são significativos dentro do contexto de atuação das pessoas envolvidas e não são transferidos, mas construídos a partir das experiências e das realidades histórico-sociais. Sendo assim, a autonomia conquistada a partir dos saberes produzidos no interior do movimento torna essas mulheres, principalmente as que organizaram o movimento #EleNão, enquanto sujeitas sociais/políticas, capazes de interferirem em suas realidades em busca de uma transformação social.

A esperança, sentimento tão caro à população brasileira historicamente, mas, sobretudo, no momento que temos vivenciado a pandemia da COVID-19 e as políticas negacionistas do atual governo, é uma peça-chave para a atuação do movimento de mulheres. Para Freire:

A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto deste ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da história. (FREIRE, 2015, p. 71).

Nesse sentido, a esperança do verbo *esperançar* de Paulo Freire não é uma opção ou simplesmente uma visão romântica sobre a vida para grupos historicamente excluídos como as mulheres. A esperança demarca o posicionamento e o compromisso político que o movimento de mulheres tem assumido em lutar pelos seus direitos, assim como reagir às desigualdades e injustiças sociais.

Percebemos, assim, que as ações educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais utilizam diversas estratégias, tanto de maneira direta quanto indireta, e não foi diferente com o Movimento #EleNão. Como diretas, podemos citar, por exemplo, manifestações, marchas, atos e ações que geralmente acontecem em espaços públicos. Já como indiretas, as ações que acontecem em tom de denúncia e a atuação através das redes sociais, que se configuram como estratégias de organização e de mobilização. Percebemos que as ações organizadas em torno

do Movimento #EleNão aconteceram utilizando tanto estratégias diretas como indiretas, pois o movimento não permaneceu apenas nas redes sociais; ele também ocupou as ruas.

Porém, nos centramos na organização do grupo nas redes sociais, visto que é o espaço no qual o grupo ainda tem mais visibilidade e consegue alcançar mais mulheres, assim como mantém grande número de participantes ativas.

Por meio das redes sociais também se organizam grupos locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais. Gohn (2010), a partir da concepção do sociólogo Habermas, denomina essa forma de organização através das redes sociais como um *agir comunicativo*, produto de uma nova forma de se comunicar, pela qual é capaz de criar e desenvolver novos saberes.

A partir dessa articulação em rede –tanto nas mídias digitais como fora delas– é que os movimentos sociais, por meio de seus diagnósticos sobre a realidade, constroem propostas, originando ações coletivas como uma forma de resistência à realidade e luta por uma inclusão social. Assim, percebemos que os movimentos são “o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos” (GOHN, 2010, p. 336).

Partindo dessa definição do que seria um movimento social e os seus desdobramentos no campo da educação, podemos compreender o movimento feminista enquanto um movimento social capaz de produzir um saber político para/pelas mulheres que atuam nesses espaços. hooks (2018) também nos incita a investirmos em uma educação feminista para que possamos alcançar as pessoas para além do conhecimento acadêmico. Ela nos convida a pensarmos outras estratégias de como podemos compartilhar esse conhecimento em uma linguagem mais simples e de fácil acesso. Ela nos diz: “Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais” (hooks, 2018, p. 38).

Nesse sentido, o ativismo dos movimentos feministas que acontece nas redes sociais tem se mostrado uma importante ferramenta política e educacional às mulheres, uma vez que esses espaços são percebidos como de segunda ordem. Assim, agem como fonte de interpretação das realidades de forma a intervir na formação da opinião pública e contribuem para a construção de identidades individuais e coletivas.

O Movimento #EleNÃO foi uma manifestação do movimento de mulheres que se iniciou nas redes sociais em agosto de 2018 e foi às ruas em setembro do mesmo ano, tendo por objetivo principal impedir a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais daquele ano. Porém, mais do que isso, o movimento representou a indignação das mulheres diante das políticas de retrocessos e do conservadorismo instaurados na política brasileira, que refletiam na perda e na ameaça em torno dos direitos das mulheres e dos demais grupos historicamente invisibilizados.

O movimento foi organizado a partir de um grupo na rede social Facebook, chamado *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*. A fundadora do grupo, Ludimilla Teixeira⁷, percebeu que havia poucos grupos nesta rede social que se propusessem a discutir política para/pelas mulheres. Um grupo com esse intuito se fazia urgentemente necessário, principalmente naquele momento, tendo em vista que as pesquisas de opinião apontavam a vitória de Bolsonaro no primeiro turno, o que representava uma profunda ameaça aos direitos das mulheres.

Diante desse cenário de profunda tensão política, o grupo foi criado em agosto de 2018 com o objetivo de discutir e conscientizar as pessoas diante da ameaça que a vitória de Bolsonaro representaria para as minorias sociais. O grupo inicialmente reunia mulheres tanto da esquerda quanto de direita que tivessem, como ponto em comum, serem contra a vitória de Bolsonaro. O sucesso do grupo e a massiva participação das mulheres foram tão intensas que em pouco mais de duas semanas o grupo já contava com mais de 1 milhão de “membras” no Facebook.

Conforme as discussões eram levantadas e compartilhadas no grupo, as mulheres passaram a perceber a necessidade de ocupar também as ruas. Sendo assim, foram convocadas manifestações para acontecerem nas principais capitais brasileiras no dia 29 de setembro de 2018 em sinal de repúdio à candidatura de Bolsonaro, buscando impedir que ele vencesse as eleições.

Essas manifestações foram convocadas pelo grupo *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB)* a partir de um evento no Facebook, chamado de #EleNÃO. O primeiro evento criado não tinha uma cidade ou estado certos para acontecer, permitindo apenas que fosse um espaço para que cada grupo de mulheres, de acordo com a sua cidade, se envolvesse na organização ou simplesmente participasse dos atos. Após isso, mulheres das principais

⁷ Mencionamos o nome completo da participante da pesquisa que está se realizando por se tratar de uma figura pública e associada à criação do Movimento #EleNÃO.

capitais do Brasil participaram e, posteriormente, de cidades menores, organizaram as manifestações locais.

O evento do Movimento #EleNão foi chamado assim pois, entre os meses de agosto e setembro, Bolsonaro alcançava ainda mais popularidade nas redes sociais, tanto daquelas pessoas que eram a favor de sua eleição quanto daquelas que eram contrárias. Isso acontecia, pois, ao fazer menção do seu nome nas redes sociais, as postagens contra o candidato se misturavam às que eram a favor, em sua maioria *bots*, mas que dificultavam saber exatamente sobre o que estava se falando de Bolsonaro. Dessa forma, ele se mantinha dentre os assuntos mais comentados nas redes sociais brasileiras, aumentando ainda mais sua popularidade.

Dentro das discussões do grupo *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*, passou-se a se pensar em outra forma de chamá-lo. A utilização do nome “Ele Não” surge com o intuito de que o nome de Bolsonaro sequer fosse mencionado. O uso do nome atrelado ao uso da #, ou *hashtag*, é uma prática comum e que funciona como uma espécie de “filtro de pesquisa”, possibilitando que o assunto referente à oposição da candidatura de Bolsonaro fosse achado com mais facilidade, diferentemente a se o próprio nome dele fosse utilizado, o que poderia contribuir ainda mais para o crescimento de sua popularidade.

A mobilização do grupo foi tão intensa que próximo às eleições chegou a reunir mais de 2,5 milhões de mulheres. De acordo com Rashit e Souza, “o rápido e espantoso crescimento do grupo revelou um anseio da comunidade feminina por um espaço de deliberação política, compartilhamento e aprendizagem” (RASHIT; SOUZA, 2019, p. 12). Ou seja, as mulheres encontraram um espaço para que suas inquietações políticas e sociais fossem debatidas, por meio de uma rede on-line, e que, posteriormente, afirmaram sua identidade nas ruas do Brasil.

Conforme informado pela rede de comunicação livre, *Mídia Ninja*, as manifestações aconteceram nos 27 estados brasileiros em mais de 350 cidades. Além do Brasil, a rede também identificou a ocorrência de protestos em 73 cidades e em 33 países, manifestações organizadas por brasileiros que vivem fora do país e que também demonstraram sua oposição à candidatura⁸.

O movimento #EleNão evidenciou o movimento feminista como uma das principais linhas de frente contra os retrocessos sociais e na promoção de uma educação política para os

⁸ NINJA. #EleNão aconteceu em mais de 400 cidades em 34 países. 2 out. 2018. Disponível em: <https://midianinja.org/news/elenao-aconteceu-em-mais-de-400-cidades-em-34-paises-balanco-ninja/>. Acesso em: 30 out. 2020.

direitos humanos. Além disso, as plataformas digitais se mostraram potencializadoras para o movimento de mulheres à medida que possibilitaram uma forma de comunicação mais horizontal, mais interativa e sem hierarquias (PIRES, 2021).

Mesmo que o movimento não tenha conquistado o objetivo principal (não permitir que “ele” fosse eleito), o próprio movimento de autorreflexão e construção social já constitui o resultado. Podemos entender que o processo de transformação ocorre na mentalidade das pessoas à medida que elas movimentam suas redes, estabelecendo relações online ou não.

Em 2021, o grupo de mulheres se manteve ativo no Facebook, ainda sob o nome *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB)*. Após as eleições de 2018, o grupo tentou modificar o seu nome para *Mulheres Unidas com o Brasil*, porém, a alteração não foi aceita pela ampla maioria de mulheres que compõem o grupo. Além disso, as mulheres que administram e coordenam o grupo perceberam que a luta ainda continuava. No site oficial do grupo está registrado

Fizemos história nestas eleições presidenciais e seremos oposição e resistência a este governo fascista e opressor. A voz de quase 4 milhões de mulheres saiu das redes sociais e tomou as ruas, os guetos, os quilombos, os assentamentos e as terras indígenas. É tempo de união! Seguimos sob o lema do #EleNÃO porque este presidente não nos representa e juntas não largaremos as mãos de ninguém. (MÍDIA NINJA, 2018, não paginado).

Percebeu-se que mais do que impedir que Bolsonaro fosse eleito era necessário que o movimento de resistência continuasse sendo feito, tendo em vista que sua política não somente representava uma ameaça, mas, de fato, atacava os direitos das mulheres e os demais grupos sociais. Por isso, o objetivo de alguma maneira continuou permanecendo o mesmo: resistir e lutar contra o governo Bolsonaro e as políticas bolsonaristas.

Considerações finais

Percebemos atualmente que a atuação de mulheres nas redes sociais por meio do MUCB é muito mais do que um simples grupo de discussão no Facebook. Ele se constitui como uma comunidade que tem por intuito oportunizar uma educação política para/pelas mulheres em defesa dos direitos humanos. O movimento #EleNão foi a materialização nas ruas do quanto esses espaços são fundamentais se quisermos conscientizar um número ainda maior de pessoas sobre a situação política do país.

Além disso, conseguimos perceber as redes sociais como espaços que, no sentido *a priori*, não foram criados com o objetivo de formar e informar as pessoas, mas a apropriação desses espaços como ferramentas políticas pelos movimentos sociais e principalmente pelo feminista possibilita que esses espaços se tornem também educativos. Com sua capacidade de comunicação rápida, esses espaços podem mobilizar uma quantidade significativa de pessoas em torno de uma causa em comum. Isso foi percebido muito claramente nas manifestações do Movimento #EleNão.

Nesse sentido, podemos ousar dizer que as mulheres têm estado à frente das lutas sociais e têm promovido uma educação política, agregando não só as mulheres, mas também os homens. Com suas manifestações que se iniciam nas redes e logo se manifestam nas ruas, os movimentos feministas podem ainda não serem ouvidos como deveriam, mas causam muito barulho.

Pensar dessa maneira nos conduz ao exercício do “pensar certo” (FREIRE, 2015) tal como abordamos no início deste texto. Pensar certo é acreditar nas pessoas, na mudança, no poder da luta para a construção de um mundo melhor. É, também, continuar fazendo a denúncia em torno das atrocidades cometidas e que assolam, sobretudo, aqueles/as historicamente excluídos. No entanto, “pensar certo” é conceber a história não como determinante, mas como passível de ser transformada. A partir do sonho, exercitamos o esperar de uma sociedade justa, democrática e igualitária para mulheres e homens.

Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAMASCENO, N. A. Cultura Política: usos e conceitos na perspectiva da Nova História Política. In: PRIORI, A. A.; POMARI, L. R. **História Política**: métodos e problemas historiográficos. Maringá: Eduem, 2016. p. 21-30

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Doi: 10.1590/S1413-24782011000200005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2020.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

NINJA. **#EleNão aconteceu em mais de 400 cidades em 34 países**. 2 out. 2018. Disponível em: <https://midianinja.org/news/elenao-aconteceu-em-mais-de-400-cidades-em-34-paises-balanco-ninja/>. Acesso em: 30 out. 2020.

PIRES, D. O. **Educação e ativismo de mulheres nas redes sociais**: um estudo sobre o Movimento #EleNão. 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2021. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/a146fe970017e023062a399ffb50cdaf.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

PIRES, D. O.; CASTRO, A. M. Educação como prática de liberdade para/pelas mulheres: o movimento #EleNão. 40ª Reunião da ANPED, 2021, Belém do Pará. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPED, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_32_15. Acesso em: 30 out. 2020.

PIRES, D. Ativismo de mulheres nas redes sociais: ações e esperanças. *In*: CASTRO, A. M.; MOREIRA, R. B. (org.). **Epistemologias Afrolatinoamericanas**. São Paulo: LiberArs, 2021. p. 65.

SOUSA, M. E.; RACHIT, B. Mobilizações pré-eleições presidenciais 2018 no Pará: grupos e eventos relacionados à #elenão no *facebook*. **Aturá: Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, v. 3, n. 1, p. 66-86, jan-abr. 2019.

Submetido em 14 de outubro de 2021.

Aprovado em 31 de janeiro de 2022.